

## Alckmin subtraiu quase R\$ 600 milhões dos recursos das universidades

Em 2014 e 2015, ao calcular repasses à USP, Unesp e Unicamp, governo continuou a descontar Habitação e alíneas da arrecadação do ICMS

Considerados apenas 2014 e 2015, temos uma perda de quase R\$ 6 bilhões (Tabela 1) da base de cálculo dos recursos para as universidades estaduais, usando o IPCA como deflator. Esta perda se deve à interpretação “exótica” do artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) feita pelo governo Alckmin, que mantém o desconto prévio de recursos para a Habitação e desconsidera alíneas da arrecadação do ICMS relativas a multas e juros, da receita da dívida ativa do ICMS, entre outros (Tabela 2). Isto sem contar os descontos da Nota Fiscal Paulista.

**Tabela 1 - Perdas na base de cálculo da USP, Unesp e Unicamp, em milhões de R\$ de 1/jan/2016**

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3.344,80
2015	2.645,70
<b>Total (em 1/jan/16)</b>	<b>5.990,50</b>

Como a USP recebe 5,0295% deste montante, somente neste dois anos ela deixou de receber mais de 317 milhões de reais (em 1º/1/16). A perda para as três universidades foi de quase R\$ 600 milhões. O Fórum das Seis vem denunciando este estado de coisas há muito tempo. Para corrigir este absurdo e defender a qualidade do trabalho acadêmico nas universidades estaduais será preciso enfrentar, com decisão, o governo Alckmin. E, provavelmente, algum atual reitor...

### Registre-se que:

- nenhum desses descontos é aplicado aos municípios paulistas;
- para corrigir este grave problema, o Fórum das Seis defende que na redação do artigo 4º da LDO conste a expressão “total do produto do ICMS, quota parte do Estado”, evitando que o governo Alckmin possa fazer esta “manobra”. Em 2014 e 2015 o Fórum das Seis apresentou emendas às respectivas LDO para a passagem dos atuais 9,57% para 10%, juntamente com a importante expressão

**Tabela 2 - Alíneas da arrecadação estadual descontadas da base de cálculo das universidades estaduais paulistas**

<b>1911</b>	<b>Multas e Juros de Mora dos Tributos</b>
1911 4251	do ICMS - parte do estado
1911 4254	do ICMS - parte Fundeb
1911 4261	do ICMS sobre PPI-ICMS - parte do estado
1911 4264	do ICMS sobre PPI-ICMS - parte Fundeb
1911 4271	do ICMS sobre PEP-ICMS - parte do estado
1911 4274	do ICMS sobre PEP-ICMS - parte do Fundeb
<b>1913</b>	<b>Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos</b>
1913 1551	Juros de mora sobre ICMS inscrito - parte do estado
1913 1554	Juros de mora sobre ICMS inscrito - parte Fundeb
<b>1919 50</b>	<b>Multas por auto de infração</b>
191950 51	Multas p/ infr. Reg. ICMS - parte do estado
191950 54	Multas p/ infr. Reg. ICMS - parte Fundeb
<b>1931 15</b>	<b>Receita da Dívida Ativa do ICMS</b>
1931 1561	ICMS Inscrito - acréscimo financeiro - parte do estado
1931 1564	ICMS Inscrito - acréscimo financeiro - parte Fundeb
<b>1990 99</b>	<b>Outras Receitas</b>
1990 9951	ICMS não-inscrito acréscimo financeiro - parte do estado
1990 9954	ICMS não-inscrito acréscimo financeiro - parte Fundeb
1990 9971	Acréscimo financeiro sobre PPI - parte do estado
1990 9974	Acréscimo financeiro sobre PPI - parte Fundeb
1990 9981	Acréscimo financeiro sobre PEP - parte do estado
1990 9984	Acréscimo financeiro sobre PEP - parte do Fundeb

“do total do produto do ICMS, quota-parte do Estado”. O governo Alckmin recusou-se até mesmo a conversar sobre o assunto;

- o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) passou a defender a passagem dos atuais 9,57% para 9,907% e também a incorporação no texto da LDO da proposta do Fórum das Seis (“total do produto...”). Entretanto, os reitores não chegaram a apresentar emendas à LDO com este conteúdo, seja em 2014, seja em 2015;

• a “sangria” permanece em 2016 e continuaremos a manter o corpo da universidade informado.

Não há dúvidas de que a situação é grave e poderia ter sido resolvida — há muito tempo — se o governo Alckmin tivesse um mínimo de disposição ao diálogo e à negociação; e, é claro, ajudaria se o Cruesp se dispusesse a enfrentá-lo... Assim, não vamos aceitar que tal situação seja “resolvida” pelos reitores ao gosto e estilo Alckmin.

**Arrocho salarial? Nem pensar!**

## É preciso ampliar os gastos públicos que correspondem a direitos sociais

Em geral, os orçamentos públicos no país têm sido da ordem de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo insuficientes para responder às necessidades da sociedade brasileira.

Entre as principais causas dessa insuficiência de recursos estão a sonegação fiscal, da ordem de 10% do PIB; as baixas alíquotas de impostos, em especial sobre as altas rendas e os grandes patrimônios; e a cor-

rupção e as despesas (dos municípios, dos Estados e da União) com a rolagem da dívida.

Vale observar, para comparação, que os gastos públicos totais nos países organizados, industrialmente desenvolvidos ou não, e que conseguem responder às demandas sociais, superam os 50% de seus respectivos PIB.

Essa insuficiência de recursos no Brasil se manifesta nas três esferas administrativas,

transformando-se em insuficiência na educação, na saúde e em todos os outros serviços essenciais correspondentes aos direitos sociais.

Em momentos de crise, como o atual, fervejam propostas de redução dos gastos públicos, preservando sempre os interesses de sonegadores, rentistas e de grupos economicamente favorecidos. É preciso mudar essa realidade!

## Data-base 2016

Em 27/04, o Fórum das Seis se reuniu com o Cruesp. Não se discutiu o reajuste salarial, pois o Cruesp alegou a falta do índice de inflação de abril. O Fórum lamentou que o índice não fosse discutido. O Cruesp se dispôs a discutir apenas alguns pontos da pauta unificada.

A segunda reunião de negociação ocorrerá em 16/5.

**Dinheiro há!** Registre-se que, segundo dados da Reitoria, a USP tem dinheiro em caixa para cobrir o reajuste: R\$ 1,445 bilhão (saldo em c/c em 31/12/15). Confira em <http://bit.ly/24pwHY1>.

# Impeachment repercute mal no exterior

A crise brasileira vem despertando grande interesse da mídia no exterior. A cobertura dos correspondentes estrangeiros no Brasil tem sido tão contrastante com as narrativas hegemônicas na mídia nacional que um dos proprietários do Grupo Globo, o bilionário João Roberto Marinho, sentiu-se impelido a enviar carta ao *The Guardian*, para protestar contra texto publicado em 21/4 e assinado por David Miranda, correspondente do jornal britânico.

Repercutem negativamente no exterior tanto a aprovação da admissibilidade do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT) pela Câmara dos Deputados, em votação realizada em 17/4 e conduzida pelo presidente da Casa, o notório deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como a implacável campanha midiática empreendida contra o governo.

Apesar de vitoriosa na Câmara dos Deputados por larga margem (367 deputados votaram “sim”, 137 votaram “não”, sete abstiveram-se), a proposta de impedimento da presidente da República, ora em tramitação no Senado Federal, tem sido definida dentro e fora do país como um golpe parlamentar ao estilo dos ocorridos em Honduras (2009) e no Paraguai (2012).

No *day after* à votação na Câmara dos Deputados, o *The New York Times* publicou reportagem assinada por Andrew Jacobs e Vinod Sreharsha (“Vote to Impeach Rousseff Prompted Cheers, But Won’t End Turmoil in Brazil”), que se inicia explicando que a sessão legislativa de 17/4 poderia ser inadvertidamente confundida com uma partida de futebol, e registra o paradoxo de que um terço dos deputados federais sofre acusação ou investigação por corrupção, incluindo Cunha, “o homem que orquestrou o *impeachment* de Dilma” (<http://ow.ly/4nb33G>).

**Oligopólio.** A reportagem que o *The Guardian* publicou, intitulada “A verdadeira razão pela qual os inimigos de Dilma querem seu impedimento” (“*The real reason Dilma Rousseff’s enemies want her impeached*”), irritou os magnatas do Grupo Globo exatamente porque David Miranda imputou ao oligopólio midiático grande protagonismo na crise (<http://ow.ly/4nb1hF>).

“A história da crise política no Brasil, e a mudança rápida da perspectiva global em torno dela, começa pela sua mídia nacional. A imprensa e as emissoras de TV do-

minantes no país estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil, e são claramente conservadoras”, assevera ele. Traça um paralelo entre o papel desempenhado hoje pela mídia nacional e sua atuação no golpe militar de 1964: “Essas corporações — lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo — anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?”

Prossegue: “Por um ano, esses mesmos grupos midiáticos têm vendido uma narrativa atraente: uma população insatisfeita, impulsionada pela fúria contra um governo corrupto, se organiza e demanda a derrubada da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT). O mundo viu inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas, uma visão sempre inspiradora”.

Porém, contrapõe Miranda, “o que muitos fora do Brasil não viram foi que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos (enquanto pretendia apenas ‘cobri-los’), e os manifestantes “não representavam nem de longe a população do Brasil”, pois “eram desproporcionalmente brancos e ricos”. Aos poucos, vaticina, “o resto do mundo começou a ver além da caricatura simples e bidimensional criada pela im-

prensa local”, uma vez que “tornou-se claro que a corrupção não é a razão de todo o esforço para retirar do cargo a presidente reeleita do Brasil; na verdade, a corrupção é apenas o pretexto”.

Em resposta, Marinho disse ao *The Guardian* que Miranda “pinta uma imagem completamente falsa do que está acontecendo no Brasil hoje”; que “não menciona que tudo começou com uma investigação (chamada Operação Lava-Jato), que por sua vez revelou o maior esquema de suborno e corrupção na história do país”; que “Precisamente para evitar qualquer acusação de incitar manifestações de massa [...] o Grupo Globo cobriu os protestos sem nunca anunciar ou dar parecer sobre eles em seus canais de notícias antes de acontecerem [...] tomou medidas iguais sobre comícios para a presidente Dilma Rousseff e contra o *impeachment*: cobriu todos, sem mencioná-los antes deles realmente ocorrerem, concedendo-lhes o mesmo espaço que foi dado aos protestos anti-Dilma”.

Tal resposta de um bilionário da mídia a um simples jornalista sinaliza inédito incômodo.

**Agressões.** A organização internacional Repórteres Sem Fronteiras (RSF) rebaixou o Brasil no “índice de liberdade de imprensa” que divulga anualmente, atribuindo a decisão à percepção do que denomina conflitos de interesse nos

conglomerados midiáticos (*conflicts of interest in the Brazilian media*) e ao preocupante aumento nas agressões a jornalistas no país.

“De maneira pouco velada, o principal grupo de mídia incitou o público a ajudar na derrubada da presidenta Dilma Rousseff. Os jornalistas que trabalham para grupos de mídia estão claramente sujeitos à influência de interesses privados e partidários, e este permanente conflito de interesses prejudica fortemente a qualidade de suas reportagens” (*Brazil falls in Press Freedom Index, now 104th*: <http://ow.ly/4naH3U>).

**Estatística.** “A narrativa do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff como ‘golpe’ tem prevalecido na mídia internacional, de acordo com uma análise quantitativa e qualitativa inédita realizada pela Consultoria Bites”, escreveu em blogue do jornal *O Globo* a repórter Mariana Alvim.

O levantamento compreendeu mais de 26.600 artigos em inglês, espanhol e francês publicados em sites de notícias desde 1º/4/16.

“A reportagem com maior engajamento via mídias sociais (26.566 interações) foi publicada no site americano *The Intercept*. Escrita por Glenn Greenwald, o texto questiona a motivação de uma viagem do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) a Washington no dia seguinte à votação do *impeachment* na Câmara”.

## Processo no Senado Federal terá cinco votações

O Senado iniciou em 26/4, ao instalar a Comissão Especial do *Impeachment*, o processo que pode cassar o mandato da presidente Dilma Rousseff. “Até a decisão final, caso o processo não seja arquivado em alguma das etapas, ocorrerão duas votações na comissão e três em Plenário”, informa a Agência Senado.

A primeira votação na comissão, prevista para 6/5, será do parecer pela admissibilidade ou não do pedido de *impeachment*. Qualquer que seja o resultado na comissão, o parecer segue para votação em Plenário. “Por maioria simples dos presentes na votação, sendo exigido quórum mínimo de 41 senadores, o Plenário, em sua primeira manifestação no processo, decide se aceita ou não a denúncia contra a presidente”.

Caso o Senado rejeite o proces-

so, o pedido é arquivado e a presidente é confirmada no cargo. Se votar pela admissibilidade, é iniciada a fase de instrução do processo de *impeachment*. “Imediatamente a presidente é notificada e afastada pelo prazo máximo de 180 dias. O vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente”.

Neste caso, o processo retorna à Comissão Especial para a fase de pronúncia. Caberá ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e não mais ao presidente do Senado, Renan Calheiros, dar a palavra final sobre os procedimentos a serem seguidos, diz a Agência Senado.

**Pronúncia.** Na fase de pronúncia, a presidente é notificada a apresentar sua defesa. Os senadores podem chamar testemunhas e especialistas, pedir

perícias e auditorias, analisar documentos, ouvir acusação e defesa. Ao final, a comissão faz sua segunda votação: admite ou não o parecer do relator sobre o mérito do pedido de *impeachment*. O parecer é encaminhado ao Plenário, que por maioria simples (41 senadores) decide aceitar ou não a pronúncia.

Caso rejeite, o processo é arquivado e Dilma reconduzida ao cargo. Caso aceite, inicia-se a última fase do processo: a sessão de julgamento, quando se dará a terceira e última votação em Plenário, conduzida pelo presidente do STF. Serão necessários 54 votos para que a presidente perca o mandato definitivamente e tenha os direitos políticos suspensos por oito anos. Se rejeitado o *impeachment*, Dilma será reconduzida.

# “Nada de votar coisas em congregação, porque não cabe”, diz Zago sobre mudanças

No Co de 19/4, reitor desqualifica ocupação da SAS, que atribui a “mascarados”, e cala quando questionado sobre despejo do Sintusp

O prédio da Reitoria, localizado na Cidade Universitária do Butantã, amanheceu no dia 19/4 bloqueado por caminhões, guindastes e ônibus. A decisão partiu da própria Reitoria, com o intento de impedir a realização de um ato durante a reunião do Conselho Universitário (Co). No entanto, o esforço de impedir o direito da comunidade à livre manifestação política não teve sucesso — e o ato, contra o desmonte da universidade, a flexibilização do trabalho dos docentes e a ordem de despejo da sede do Sintusp, aconteceu.

Na reunião do Co, o reitor M.A. Zago anunciou que as mudanças no regime de trabalho docente serão votadas na sessão prevista para 28 de junho. A comissão constituída por ele para formular as mudanças distribuiria às unidades, no final de abril, uma proposta preliminar.

O reitor deixou claro que deseja inibir as manifestações das congregações sobre as mudanças. Afirmou esperar que os diretores promovam essa discussão em cada unidade “sem ultrapassar os limites daquilo que é competência de cada unidade, portanto nada de votar coisas em congregação, ou coisa deste tipo, porque não cabe”. Uma tentativa, portanto, de evitar uma reedição da vexaminosa derrota das propostas do GT-AD.

Caberia às congregações, tão somente, “reunir subsídios para aperfeiçoar a proposta que certamente será imperfeita na sua primeira versão”. Quanto aos docentes em geral, devem limitar-se a examiná-la e devolvê-la “com sugestão de modificações”. Na reunião de 19/4, dois conselheiros, a representante do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e o representante dos professores doutores, teceram comentários sobre a “Nova CPA” e sobre o encaminhamento da proposta de mudanças.

Na ocasião, o Co também homologou os novos pró-reitores adjuntos; aprovou a criação da Subprefeitura da Área Capital-Leste, responsável pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades

(EACH); e autorizou a Comissão de Ética a aplicar sanções por descumprimento das normas do Código de Ética da USP.

**“Nova CPA”.** A representante da Congregação do IAG, professora Elisabete Maria de Gouveia Dal Pino, leu manifestação desse colegiado sobre as mudanças que a Reitoria pretende implantar na carreira docente, no sentido de que só devam ir a voto depois de ampla discussão e divulgação.

Citando a apresentação da professora Maria Paula Dallari Bucci sobre a Nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), o documento do IAG diz ser impossível avaliar e discutir as ideias propostas pela Superintendência Jurídica, por falta de clareza quanto ao que seria considerado desempenho suficiente dos docentes, a quais parâmetros seriam norteadores para considerar o desempenho insuficiente e a quais sanções seriam aplicadas.

O IAG não se limitou, porém, a apontar as inconsistências do projeto Nova CPA. Propôs incluir a própria gestão reitoral entre os objetos de avaliação: “Por outro lado, assim como há a proposta de avaliação institucional individual, consideramos saudável a avaliação contínua da administração central, isto é, do seu desempenho na resolução dos problemas da universidade de acordo com o plano de metas proposto durante a campanha eleitoral, solicitamos que a comunidade universitária e a sociedade em geral possam acompanhar o cronograma de desenvolvimento das etapas e em caso de atraso ou não cumprimento do cronograma que as devidas justificativas sejam prestadas de forma transparente e, quando possível, uma proposta alternativa seja apresentada com relação ao plano original.”

José Renato Araújo, representante dos professores doutores no Co, após comentar vários problemas da universidade (ocupação da SAS, violência no Crusp, creches e falta de professores na Escola de Aplicação), referiu-se à proposta de mudanças na carreira docente. Ele pediu que seja enviada com antecedência muito maior do que a

usual, para que ele possa discutir com seus pares e subsidiar seu voto no Co em 28/6.

M.A. Zago respondeu que haverá tempo para que os docentes discutam a proposta, que busca “modificar radicalmente a maneira de encarar todo o processo de avaliação institucional e acompanhamento da carreira individual de cada docente e da progressão na carreira”.

O reitor informou que em 6/6 haverá uma reunião de representantes docentes no Co com seus representados, para discussão da proposta. “Esta é uma proposta que interessa muito mais aos docentes da universidade do que à Reitoria. Ela atende à vida de cada um dos docentes e quanto mais jovem o docente, mais tempo ele vai conviver neste novo sistema que será instituído, portanto maior interesse ele deve ter. Então nós confiamos que os docentes vão examinar com muito cuidado isto e vão nos devolver com sugestão de modificações que serão muito bem vindas”.

**Ocupação da SAS.** Mesmo não sendo ponto de pauta do Co, a ocupação da Superintendência de Assistência Social (SAS) foi uma questão trazida à sessão por conselheiros e representantes discentes. Foram cobradas da Reitoria ações efetivas de punição dos responsáveis pela agressão a uma moradora do Conjunto Residencial (Crusp), incidente que motivou a ocupação da SAS, bem como o atendimento de diversas pautas do movimento, a maioria das quais relacionada ao combate à violência de gênero.

As reivindicações apresentadas ao Co: formação de uma comissão de professoras, funcionárias e alunas, com autonomia para apurar os casos de agressão no Crusp; reabertura das ocorrências de agressão arquivadas pela SAS; não punição das ocupantes da Superintendência. M.A. Zago, porém, repeliu a “falsa ideia de que a Reitoria está lidando com um conjunto de representantes do sexo feminino”, porque a seu ver “a ocupação da SAS é realizada por um grupo de mascarados”, que, como tal, “não deve ser reconhecido como membro da universidade”.

O reitor afirmou ainda que o

Crusp é um “território de difícil convivência”, porque desrespeita as “regras mais básicas de civilidade, ficando claro que a ocupação é absolutamente inútil para resolver qualquer problema”. Classificou o pedido de abertura de negociações com a SAS apresentado por uma conselheira na reunião como “absolutamente extemporâneo” e perguntou: “Como eu vou negociar com mascarados? É um estudante ou um bandido de fato?”.

A contestação ao reitor partiu de Laura Furquim, representante discente dos pós-graduandos no Co. Ela declarou que a reunião do colegiado era sim capaz de discutir “uma abertura de negociação com as mulheres que ocupam a SAS”. Reiterou que a opção pelo uso de máscaras resulta do processo de perseguição que os moradores do Crusp sofreram após a desocupação da SAS, em 2011, quando exigiam a devolução dos blocos K e L, onde hoje funciona o prédio da Administração Central. “É por isso que estão cobrindo as caras”, disse.

Laura também criticou o Programa USP Mulheres como “insuficiente” porque não responde “às demandas quanto à segurança das mulheres da universidade”. A reivindicação dos moradores do Crusp de devolução dos blocos K e L foi reiterada na reunião do Co, bem como a reabertura de vagas nas creches.

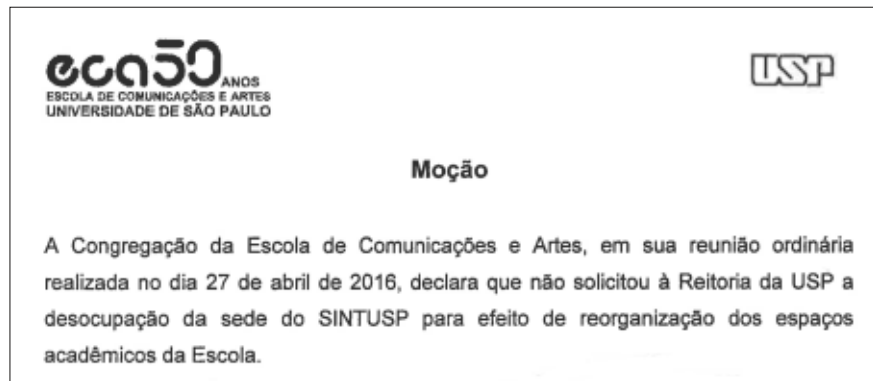
**Sintusp.** Outra questão levada ao Co foi a ameaça da Reitoria de despejar o Sintusp de sua sede na Cidade Universitária (<http://goo.gl/xzFktu>). Representante dos funcionários no colegiado, Bruno Gilga Rocha denunciou que, para a USP, “a organização sindical não é uma atividade essencial”, devendo sua sede, “que se encontra no mesmo local desde o período da Ditadura, ser retirada através de uma carta de um parágrafo de aviso prévio”.

A expulsão do Sintusp, assinalou Rocha, “é mais uma das várias medidas tomadas nessa universidade contra a organização sindical”, entre elas as ameaças de demissão por justa causa de diretores do sindicato. “Viemos aqui deixar um recado muito claro: resistiremos e defenderemos todos os nossos direitos, inclusive a nossa sede, contra essa arbitrariedade”, garantiu. O reitor não respondeu ao conselheiro.

# ECA contradiz a Reitoria quanto à sede do Sintusp

A Congregação da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) aprovou, em 27/4, moção na qual declara que “não solicitou à Reitoria a desocupação da sede do Sintusp” (vi-

de *fac-símile*). O documento refuta assim, indiretamente, a alegação da Codage na notificação de despejo, de “necessidade de aproveitamento acadêmico da área”.



## O desmonte programado do HU

O médico do Hospital Universitário (HU) e diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Gerson Salvador, expôs na mídia as consequências da falta de profissionais naquele hospital, sobretudo no setor da Pediatria, cujo horário de atendimento passou a ser das 7h às 19h.

Embora a Pediatria seja um dos setores mais atingidos, não é o único.

O processo de desmonte segue plano pré-definido: o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), de 2014, esvaziou o suporte técnico ao funcionamento do

HU e afetou muito negativamente as condições de trabalho de quem permaneceu. Frente a essa situação, além dos 18 que haviam aderido ao PIDV, mais 25 médicos se demitiram recentemente.

Talvez a consequência mais dramática para a população do bairro do Butantã seja que, atualmente, 40% da capacidade de atendimento da UTI do HU está desativada. Anuncia-se novo PIDV na USP. Isto não caracteriza um desmonte programado, e, no tocante ao HU, verdadeiro crime contra a saúde pública?

## Edital de Convocação para Eleição da Diretoria do Andes-SN e do Conselho de Representantes da Adusp nos dias 10 e 11/5

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os associados da Adusp-S.Sind. para a eleição da diretoria do Andes-SN e de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 10 e 11 de maio de 2016, das 9h00 às 21h00. Conforme determina o art. 36, § 3º do Estatuto Social da Adusp - S.Sind., nas unidades com vacância de suplente (ou titular), o eleito cumprirá mandato complementar até o término da gestão do representante titular (ou suplente). Nas unidades sem representantes, os eleitos cumprirão mandato até maio de 2018. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp situada à Av. Prof. Almeida Prado, 1366, Cidade Universitária, São Paulo-SP. O prazo para inscrições de representação junto ao CR encerra-se às 18h00 do dia 5 de maio de 2016.

São Paulo, 5 de abril de 2016.

César Augusto Minto

Presidente da Adusp-S.Sind.

Deverão eleger representantes:

Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) • Escola de Comunicações e Artes (ECA) - (suplente) • Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) • Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP) • Escola de Enfermagem (EE) • Escola de Engenharia de Lorena (EEL) • Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) - (suplente) • Escola Politécnica • Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) • Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) • Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) • Faculdade de Direito (FD) • Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) • Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) • Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) • Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) • Faculdade de Odontologia (FO) • Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP) • Faculdade de Saúde Pública (FSP) • Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) • Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) • Instituto de Biociências (IB) - (suplente) • Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) • Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) • Instituto de Energia e Ambiente (IEE) • Instituto de Estudos Avançados (IEA) • Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) • Instituto de Física (IF) • Instituto de Física de São Carlos (IFSC) • Instituto de Geociências (IGc) • Instituto de Matemática e Estatística (IME) • Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT) • Instituto de Psicologia (IP) • Instituto de Química (IQ) - (titular) • Instituto de Química de São Carlos (IQSC) - (suplente) • Instituto de Relações Internacionais (IRI) • Instituto Oceanográfico (IO) • Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) • Museu de Arte Contemporânea (MAC) • Museu de Zoologia (MZ) • Museu Paulista (MP)

## Chapa “Primavera” dirigirá DCE

A chapa “Primavera” obteve 3.983 votos (50,8% do total) e eleger-se para dirigir o Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) da USP “Alexandre Vannucchi Leme”, em eleição realizada nos dias 12, 13 e 14 de abril. Concorreram dez chapas e ao todo votaram 7.839 eleitores.

As mais votadas entre as demais chapas foram “USPnova”, com 1.582 votos (20,1%) e “Todas as Mãos”, com 908 (11,6%). As

eleições deste ano apresentaram uma redução no número de votantes, em relação a 2015, que teve 8.994 votos. Desta vez foram 1.155 eleitores a menos, registrando uma queda de 12,8%.

Entre as pautas discutidas na campanha eleitoral do DCE estavam a luta pela adoção de cotas raciais e sociais e o combate às medidas de desmanche adotadas pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan: os cortes de bolsas de permanên-

cia e pesquisa, a desvinculação dos hospitais universitários, a flexibilização do regime de trabalho docente, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV).

**Conjuntura.** A aguda conjuntura política nacional foi outro assunto intensamente discutido pelos postulantes ao DCE. E o fim da proibição de festas determinada pela Reitoria tornou-se uma bandeira que conquistou a unanimidade das chapas.

Novidades deste processo eleitoral foram a participação de es-

tudantes de cursinhos populares da USP entre os eleitores (conforme deliberado no XII Congresso de Estudantes da USP) e o aumento do percentual mínimo de mulheres nas chapas, dos anteriores 30% para 50%. Também vigorou um percentual mínimo de 12% de estudantes negras e negros nas chapas concorrentes.

No dia 30/4, às 9 horas, ocorrerá o Conselho de Centros Acadêmicos, na Faculdade de Saúde Pública, quando deverá tomar posse a nova gestão do DCE. O evento é aberto a todos os estudantes.

## Assembleias da Adusp

5/5/16, quinta-feira, Auditório Adma Jafet (IF)

17h - Ordinária: relatório da diretoria

17h30 - Extraordinária: conjuntura, campanha salarial, carreira docente e avaliação.